



Amanda Guimarães da Cunha
Luiz Magno Pinto Bastos Júnior

Direito Eleitoral Sancionador

O dever de imparcialidade da autoridade judicial

*| Inclui matriz de garantias do devido
processo aplicável ao direito sancionador*

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Copyright © 2024 by Amanda Guimarães da Cunha
Luiz Magno Pinto Bastos Junior

Categoria: Direito Eleitoral

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C972d

Cunha, Amanda Guimarães da

Direito eleitoral sancionador : o dever de imparcialidade da autoridade
judicial / Amanda Guimarães da Cunha, Luiz Magno Pinto Bastos Júnior.
– 2. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.
262 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

Inclui matriz de garantias do devido processo aplicável ao direito san-
cionador.

ISBN 978-85-519-2897-4

1. Direito eleitoral - Brasil. 2. Sanções (Direito). 3. Imparcialidade (Di-
reito). 4. Controle de convencionalidade. 5. Direitos humanos. I. Bastos
Júnior, Luiz Magno Pinto (autor). II. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio à 2ª edição.....	XIII
Prefácio à 1ª edição.....	XV
Apresentação à 2ª edição.....	XIX
Introdução.....	1
1 Fundamentos do Dever de Controle de Convencionalidade e a Interpretação Constitucional conforme os Direitos Humanos.....	9
1.1. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Status Jurídico conferido à Convenção Americana no Ordenamento Brasileiro	11
1.1.1. <i>As Obrigações decorrentes da adesão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos</i>	19
1.1.2. <i>Os efeitos das decisões da Corte Interamericana sobre os Estados: Res Interpretata e Res Judicata.....</i>	23
1.2. O Controle de Convencionalidade.....	33
1.2.1. <i>A técnica de interpretação constitucional conforme os direitos humanos</i>	44
1.2.2. <i>O princípio interpretativo pro persona como critério solucionador de antinomias.....</i>	52
2. Direito Eleitoral Sancionador e o Poder Instrutório da Autoridade Eleitoral.....	63
2.1. Reflexões sobre os Ilícitos Eleitorais “não-criminais” e o Contencioso Eleitoral	65
2.2. O que é Direito Sancionador.....	82
2.3. Natureza Jurídica Sancionatória dos Ilícitos Eleitorais “não-criminais”.....	95
2.4. Direito Eleitoral Sancionador: a individualização do ramo perante as esferas cível, penal e administrativa.....	112

2.5. Premissas Teóricas para a Construção de um Regime Processual aplicável aos Ilícitos Eleitorais compatível com sua Característica Sancionatória	119
2.6. Meios de Apuração dos Ilícitos Eleitorais de Natureza Sancionatória no Direito Brasileiro e o Poder Instrutório da Autoridade Judicial Eleitoral.....	132
3 A Garantia Convencional do Devido Processo e a Interpretação do art. 23 da Lei de Inelegibilidades conforme os Direitos Humanos.....	143
3.1 A Garantia Convencional do Devido Processo Legal: aplicabilidade das regras definidas no art. 8º da Convenção ao Direito Sancionador	144
3.2 Matriz de Garantias do Devido Processo Constitucional-Convencional aplicável ao Direito Eleitoral Sancionador	173
3.3 Os Fundamentos do Supremo Tribunal Federal para afirmação da Constitucionalidade do art. 23 da Lei de Inelegibilidades na ADI 1.082	183
3.4 O Papel da Autoridade Judicial no Direito Eleitoral Sancionador e a Garantia Convencional da Imparcialidade	192
3.5 A Garantia de Imparcialidade para Julgamento	193
3.6 Proposta de (re) leitura do art. 23 da Lei de Inelegibilidades, em face da Preservação dos Direitos Humanos	209
Considerações Finais.....	213
Referências bibliográficas	219